

A MODERNIDADE E O PROTESTANTISMO: ENSAIO SOBRE O PROJETO DE CONSTRUÇÃO NACIONAL DE RUI BARBOSA

Guilherme Ferreira Oliveira
Universidade Federal de São João del-Rei

RESUMO

A partir da década de 1870 no Brasil, grupos divergentes começaram a propor projetos de construção nacional, e a questão do rompimento ou não dos laços entre Estado e Igreja Católica esteve no centro deste debate. Rui Barbosa foi dos principais intelectuais que defendiam a ruptura com o status quo imperial e a liberdade religiosa no Brasil, além de ser favorável a imigração protestante norte-americana para o país. Neste artigo analiso a imagem de Rui Barbosa sobre o protestantismo e de que maneira ela está relacionado com o projeto modernizador do Brasil proposto por ele.

ABSTRACT

Starting from the decade of 1870 in Brazil, divergent groups began to propose projects of national construction, and the subject of the breaking or not of the bows between State and Catholic Church was in the center of this debate. Rui Barbosa belonged to the intellectual principal that defended the rupture with the imperial status quo and the religious freedom in Brazil, besides being favorable the North American Protestant immigration to the country. In this article I analyze Rui Barbosa's image on the Protestantism and that sorts things out she is related with the project to modernize the Brazil proposed by him.

Palavras-chave:

Rui Barbosa; projetos de construção nacional; protestantismo no Brasil.

Keywords:

Rui Barbosa; projects of national construction; protestantism in Brazil.

Palavras Iniciais

A produção intensa de panfletos, opúsculos e livros de conteúdo político acompanhou a crise do Império no Brasil. Refletir sobre suas nuances é também a oportunidade de repensar sobre como se via o país nas décadas finais do século XIX – pela lente dos intelectuais do Segundo Reinado - e perceber como se imaginava o Brasil do futuro. Longe de discussões apáticas, o movimento intelectual surgido na década de 1870 queria mudanças efetivas no cenário social brasileiro, propunham uma aceleração no ritmo das transformações econômicas, sociais e religiosas do país. Isso não significa dizer que não havia divergências entre setores diversos – por isso é um debate-, mas que o elemento da ruptura com o *status quo* saquarema compunha a grande proposta geral desses grupos.

Os conteúdos dessas publicações centravam-se nas discussões sobre a introdução capitalista no país, as mudanças consideradas necessárias no sistema político e a

reorganização social, com vistas a incluir novos tipos no corpo da sociedade brasileira, como os escravos e as mulheres cultas. Outra denúncia era feita sobre o monopólio católico e sua longa tradição junto à monarquia, que proibiu a liberdade de culto até a Constituição de 1824. Figura central nessa discussão é Rui Barbosa (1849 – 1923), que produziu obras vastas sobre a situação do Brasil e concentrou parte de seus esforços na discussão sobre a liberdade religiosa. É a partir da visão desse intelectual que esse trabalho pretende refletir sobre como seu projeto nacional era permeado pelo ideal de modernização o qual deveria ser acompanhado da liberdade religiosa.

Para Rui Barbosa a religião extrapola os campos da experiência sagrada e individual, e tem um papel fundamental na formação dos costumes e do caráter dos homens. Contra a imagem de um católico patrimonialista ou displicente, Rui contrapunha a visão de um protestante ascético e afeito às liberdades individuais. Para ele, era de homens com esse perfil que o Brasil necessitava para elevar moralmente nosso povo e para que o país pudesse entrar no concerto das nações civilizadas.

Distante de um “plebiscito coletivo”, construir a nação brasileira no Império passou pelas mãos dos intelectuais ligados ao governo. Seus projetos políticos utilizaram esquemas filosóficos maiores - como o liberalismo, o cientificismo e o darwinismo social – combinados com uma tradição nacional de contestação. A obra desses autores não é descolada da prática, é ao contrário, empenhada e reformista¹, sobretudo quando o assunto é a ruptura entre o Estado e a Igreja Católica.

Imaginar o Brasil nas asas da modernidade

Para soerguer o peso desse véu, para lhe arredar a ponta, não será demais o concurso de uma boa vontade, estreme de preconceitos, esclarecida pela experiência, sem outras ambições afora a de militar resolutamente com os amigos ativos da pátria, e não pactuar com as cumplicidades empenhadas em colorir o mal, e desculpar abusos².

Jurista, deputado, senador, escritor e outras mais funções que lhe couberam, Rui Barbosa foi um dos agentes centrais na Crise do Império e na nascente República brasileira. Nascido na Bahia, filho de médico, Rui graduou-se, como muito dos estadistas e outras figuras importantes de seu tempo, pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Sua extensa obra intelectual não pode ser compreendida apenas através de filiações a matrizes ideológicas, mas preocupa-nos mesmo entendê-la em um determinado momento de

transformação histórica no Brasil. Seus escritos não se desligam da atividade política, pois se por um lado a autonomia intelectual nos idos séculos XIX e início do XX no Brasil ainda não havia se desenvolvido, por outro não podemos perder de vista que suas reflexões políticas eram empenhadas na reforma social do nosso país.

Rui Barbosa participou efetivamente de muitos dos eventos decisivos da História do Brasil: a Questão Religiosa (1872), a campanha abolicionista e a Abolição (1888) e a instalação da República (1889). Acompanhou de perto o processo de modernização capitalista e denunciou o descompasso do Brasil em relação aos países mais desenvolvidos. Imaginou, como outros intelectuais do período, uma nação brasileira afinada com o desenvolvimento, moderna e produtiva, educada e civilizada. O papel da *intelligentsia* nesse projeto de Brasil “foi decisivo na construção de uma unidade cognitiva e moral, básica à afirmação dos Estados-nações”³.

Nas sociedades periféricas, o papel das elites políticas e culturais foi fundamental na construção de uma *comunidade imaginada*⁴, sobretudo nos momentos de rompimento com a metrópole e de emancipação política⁵. Por isso, não podemos deixar de lembrar que a formação da nação é um processo característico da modernidade. Considerar isto é discordar de uma visão primordialista que acredita que a nação é antiga e, portanto, precede o Estado. A realidade histórica nos mostra muitas vezes em que está formado o Estado, mas não se conhece a nação. O caso brasileiro parece seguir esse exemplo. Tampouco podemos concordar com as teorias que afirmavam que o avanço da modernidade traria o fim do nacionalismo. Mais uma vez os desdobramentos não são verificáveis na História: depois da Segunda Guerra multiplicaram e cresceram os estados nacionais⁶.

É o que afirma Eric Hobsbawm ao destacar o caráter moderno e recente da nação. Não é, portanto, algo que existiu desde tempos imemoriais, é sim concebida em um período particular da modernidade, em geral com um destino político. Dessa maneira, com o estabelecimento do estado, os governantes tratam de difundir a ideologia nacional através da comunicação de massa, e, sobretudo através da escola pública. O papel da elite estaria em transformar o nacionalismo em algo forte, carregando-o de símbolos que servem de identificação nacional, pois estes são elementos comuns a maior parte da população. Construir a nação partiria de reunir os elementos constitutivos da religião, da língua e da etnia e torná-los patrimônio comum de todos os brasileiros.

Não podemos acreditar que Rui Barbosa procurava reunir os artefatos culturais comuns do povo brasileiro e transformá-los em símbolos nacionais. Em primeiro lugar, o fato de esse autor considerar que a nação ideal não havia sido construída no Brasil não quer dizer

que não havia uma nação. Pelo contrário, considera a nação um dado do presente, concebendo o termo como governo ou país, e algumas vezes como povo. Ao descrever o domínio do trabalho escravo no Brasil ao longo de séculos, Rui Barbosa, por exemplo, aponta que “a nação tinha edificado sua fortuna sobre um crime, consagrando-o nos seus códigos como uma necessidade social”⁷. Como observamos nas palavras de Rui, a nação, nesse sentido é pensada como um conjunto dos brasileiros e também como o governo.

Em segundo lugar, o seu projeto para o futuro da nação brasileira não se baseava em reunir elementos nacionais, mas melhorar o governo e os costumes nacionais seguindo um modelo exterior, o estadunidense, fazendo parte do grupo conhecido como americanista⁸. A partir de uma perspectiva comparada os autores da geração de 1870, em sua maioria, determinaram o modelo norte-americano como um projeto de futuro, mas a nação para eles era um fenômeno efetivo e atual. O modelo podia muitas vezes ser o europeu, mas o ideal de construção de uma nação seguindo os modelos políticos e sociais dos Estados Unidos eram predominantes nas obras desses autores.

O projeto de nação para Rui Barbosa era estar em conformidade com a modernidade. A supressão do trabalho servil, a descentralização política e o monismo religioso eram combatidos por serem grandes entraves em toda a história do país e principalmente por estar em desacordo com as instituições mais modernas. O elemento comparativo é central no projeto de Rui Barbosa: conhecendo o passado e presente dos Estados Unidos era possível reelaborar um novo tempo para o Brasil. O seu olhar para o país a partir do ideal norte-americano não é apenas uma questão de posição geográfica, mas principalmente mostra que mesmo em tempos cronologicamente iguais, as experiências configuravam os Estados Unidos como o futuro, e o Brasil como o passado.

Era preciso avançar, alcançar e até mesmo ultrapassar. No caso brasileiro a solução era tentar acompanhar o desenvolvimento dos países do Hemisfério Norte, e poder compartilhar com eles as mesmas chances e valores, e para tanto, era preciso acelerar o motor da história. Sobre a escravidão, Rui Barbosa afirmava que até a sua ruptura completa, o “Brasil estará bloqueado para o mundo (...) e a torrente o destruirá”⁹. Quando o assunto é a instituição política, Rui é enfático em afirmar que “o país andou sempre adiante do trono, e que o trono [o] atrasou, quanto lhe coube nas forças”¹⁰.

O que há em comum entre esses excertos de Rui Barbosa? Para ele instituições no Brasil eram marcas indeléveis do passado, incompatíveis com a realidade social dos países adiantados, e conferiam ao nosso país um caráter de atraso e dependência. Não que as suas reivindicações se reduzam ao anseio modernizador; naturalmente cada uma das causas

defendidas só podem ser compreendidas dentro de um debate intrínseco à crise do Império. O caso da sua luta pelo federalismo é exemplar, pois não se resumia em colocar o Brasil em acordo com os governos modernos, mas procurava também aliviar as províncias *mais ativas* de carregar as menos produtivas.

O que é importante ressaltar é que o desejo de modernizar era um dos componentes da argumentação dos intelectuais da geração de 1870, pois era parte do debate e da doutrina política desde meados do século XIX. Postulavam que a modernização era inevitável, mas era preciso fazê-la o quanto antes, o que fez com que alguns intelectuais desde o século XVIII, conhecendo a *experiência básica* do progresso pudessem formular um *postulado da aceleração*¹¹. Nas palavras de Rui, vemos que contra a ineficiência das instituições monárquicas e os valores incivilizados dessa sociedade, o futuro moderno cumprir-se-ia, mesmo sob a resistência dos privilegiados, pois era uma imposição da “*justiça histórica*”¹². O que ele pretendia era acelerar esse processo.

A possibilidade de construir um país que se adequasse à modernidade, para Rui passava em grande parte pela educação dos homens. Em seus discursos parlamentares e em diversas publicações a intenção de reforma dos ensinos primários e secundários vai além do nome do conhecido projeto, e está presente em muitas de suas publicações¹³. Não é o objetivo deste trabalho discutir o projeto educacional de Rui Barbosa, mas salientar o quanto a nação imaginada por ele devia se compor de homens mais educados e elevados moralmente, e que cabia ao governo oferecer a educação e a cultura às massas. Nas suas próprias palavras:

Considerai o desenvolvimento dessa Grã-Bretanha, cuja envergadura de asas abrange os oceanos. Seu progresso é o da inteligência, da moralidade e da força *desses comuns*, em cujo seio reside o viveiro inesgotável dos seus estadistas¹⁴.

O modelo é mais uma vez o anglo-saxão. Sabendo disso, não fica difícil entender que grande parte das escolas fundadas nesse período, por homens vindos dos Estados Unidos, teve o apoio de Rui Barbosa e de outros homens ligados ao governo. Para eles parecia ser uma combinação ideal: um projeto educacional conduzido por norte-americanos e protestantes. Há esse tempo, os intelectuais do período associavam o desenvolvimento social e moral dos homens à sua religião, e o protestantismo soava como o pensamento religioso racional, que conduziria ao progresso e à prosperidade. Rui afirmava que:

É o inglês com o seu senso religioso, o seu senso comercial e o seu senso político que nos chama a atenção[...] Pelo seu senso religioso que fez o seu

caráter excepcional. É a condição fundamental, por onde se habilitou a possuir o mundo... pelo senso político, resultado do seu complexo senso religioso... criou a arte sem precedentes de organizar e consolidar as conquistas... O progresso britânico é profundamente moral, essencialmente religioso¹⁵.

Esse apoio de Rui Barbosa à religião protestante o envolveu em diversos debates com os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Seu interesse, porém, não era espiritual ou bíblico, não excluindo a possibilidade que o houvesse também. Relacionava-se mais, contudo, com seu desejo de regeneração e superação das instituições terrenas e sua confiança de que o protestantismo contribuiria com o indivíduo livre e a nação progressista. Contrário ao ultramontanismo e a ligação entre Igreja Católica e o Estado, Rui reuniu críticas fervorosas às duas instituições, sobretudo durante a Questão Religiosa (1872), publicando cinco anos depois seus comentários e a sua tradução integral do polêmico livro do episcopalista alemão Döllinger.

Questões religiosas e políticas

Em poucas palavras, a Questão Religiosa foi o embate entre os interesses da Igreja Católica e da Coroa, onde se destacou a participação dos intelectuais da geração de 1870. Seus debates não estão fechados em temas religiosos, mas apresentam um caráter político muitas vezes definidor. Em um primeiro plano devemos entendê-los como parte de uma discussão internacional sobre os limites do poder papal e da autonomia dos Estados. Momento de crescente nacionalismo, os países relutavam em dividir sua soberania com a Igreja, como havia sido por duradouros tempos. A batalha entre os ultramontanos¹⁶ e os “liberais” se estendia por todos os países em que a aliança entre catolicismo e governo tinha longa tradição.

No Brasil a ação ultramontana ficou conhecida com a atuação dos bispos Dom Vital Maria de Oliveira, de Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, ferrenhos combatentes dos inimigos da Igreja, leia-se o positivismo e a maçonaria, e que acabou resultando na prisão desses clérigos. David Gueiros Vieira aponta que a Questão Religiosa foi causada por diversos elementos em conflito: o galicanismo, o jansenismo, o liberalismo, o espiritismo, o judaísmo, o positivismo e maçonaria, basicamente todos lutando contra o ultramontanismo. Os partidários de cada um desses elementos procuravam, de fato, angariar adeptos na elite intelectual e política brasileira.

Essa multiplicidade de discursos foi definida por Roque Spencer Maciel de Barros como um período da *Ilustração Brasileira*¹⁷. A Questão Religiosa estaria, portanto, vinculada à diversidade de mentalidades, em grande parte surgidas a partir do Iluminismo, e que obteve partidários e advogados no Brasil, principalmente entre 1870 e 1914. Essas discussões nos apontam para o fato de que a Questão Religiosa nasce num período em que a infalibilidade papal é questionada, sobretudo pelas teorias científicas e modernizadoras, e que só pode ser compreendida tendo em vista essas discussões.

Uma das grandes críticas à centralização religiosa veio da própria igreja. Contrário ao *Syllabus* de 1864, que continha em uma de suas decisões a dogmatização da infalibilidade papal, o teólogo e historiador Joseph Ignaz Von Döllinger publicou, em 1869, sob o pseudônimo Janus, o livro *Der Papst und das Konzil - O Papa e o Concílio*. O teólogo foi o primeiro a utilizar o termo *romanização*, se referindo à atitude centralizadora da dogmatização papal¹⁸. A infalibilidade foi aprovada e a publicação do livro terminou com sua excomunhão do seio da Santa Madre Igreja, em 1871. Rui Barbosa, na ocasião, empreendeu-se na tradução da obra, acabando por escrever uma “introdução” mais volumosa do que o próprio livro. Nesse preâmbulo, Rui tratou de expor o quanto a Questão Religiosa tinha um caráter essencialmente político e o como ela afetava a soberania temporal.

Não podemos negligenciar o fato de que o apoio de Rui ao protestantismo não significou sua conversão. Sua luta era contra o ultramontanismo, visto por ele como arbitrário e totalizante. Assim, até o fim de sua vida ele permaneceu católico, e não deixou de considerar que a fé e o progresso podiam se aliar:

Não me acolhi entre as filosofias que fez da ciência a grande negação. Percorri filosofias; mas nenhuma delas me saciou; não encontrei repouso em nenhuma (...) Vejo a ciência que afirma Deus; vejo a ciência que impescinde de Deus. A mesma fé que nos arrasta da atribulação da fé ao exclusivismo científico, pode reconduzir-nos do radicalismo científico a placidez da fé¹⁹.

Mas nem por isso deixou de atacar as relações entre padres e governistas. O Estado brasileiro que Rui aponta no livro é de degenerescência e estagnação. A corrupção nos gabinetes políticos, as províncias decaídas e a pedir esmolas ao governo central, e este último, sempre cortês às vontades do clero. Cobrindo esse cenário, o Brasil, “um país opulento, inexaurível como a natureza mesma, e, todavia, física e moralmente estagnado, na sua imensa amplidão, como um vasto pântano”²⁰.

Rui Barbosa considerava o catolicismo papal e as constituições modernas incompatíveis. Adepto do federalismo, frisando novamente, do modelo norte-americano, se

opunha à centralização religiosa, que penetrava sem pudores nas ações do Estado, que para ele, “acima [deste] não deve existir nenhum poder”²¹. Nas relações entre Estado brasileiro e Igreja Católica, Rui demonstrava haver uma lógica inversa: há uma preeminência da ordem espiritual à ordem temporal, causada pela ação de pessoas que são agentes diretos e instrumentos do *cesarismo pontifício*²².

Um dos desdobramentos da relação entre Estado e Igreja era a intolerância religiosa ao longo dos tempos no Brasil. Na década de 1870, a confissão católica era fundamental para as concessões de direitos políticos. Estavam excluídos todos os que não professassem o catolicismo, incluindo os protestantes recém-chegados, considerados hereges no Brasil. A oposição mais dura a esse sistema era feita por Tavares Bastos, “o apóstolo do progresso”, que fez aliança com diversos protestantes que se instalavam no Rio de Janeiro²³. Soma-se a ele Joaquin Saldanha Marinho, um dos principais defensores da imigração estadunidense. Para os dois bacharéis a vinda de protestantes norte-americanos contribuiria com a prosperidade e com o desenvolvimento do país²⁴. Rui Barbosa partilha a mesma opinião:

O protestantismo nasceu da liberdade da consciência individual, cuja conseqüência política é a liberdade religiosa; do protestantismo é filha a instrução popular, que constitui a grande característica, o principal instrumento e a necessidade vital da civilização moderna; ao protestantismo está associada (...) uma exuberância de prosperidade industrial, luxuriante e vigorosa como a vegetação dos trópicos, em contraste com os países onde os processos de governos católicos, aplicados em seu rigor, cansaram as almas e esgotaram a energia moral do povo²⁵

Como podemos notar a preocupação de Rui Barbosa com a liberdade religiosa é que ela é das primeiras liberdades, fundamental para o desenvolvimento da liberdade política. Nessa perspectiva ele defende a liberdade das consciências e a autonomia do indivíduo, característica do pensamento racional moderno. E também serviria para mostrar que o modelo norte-americano mais uma vez delineava os caminhos, uma vez que “em parte nenhuma é tão ilimitadamente real a emancipação religiosa”²⁶.

Considerações

Muito ainda se poderia dizer sobre o debate entre os “liberais” e os ultramontanos no Brasil. Mais ainda poderia ser explorado nas as relações entre Rui Barbosa e a religião. O propósito deste trabalho foi, no entanto, apontar como a defesa que Rui Barbosa faz do protestantismo está intimamente ligado ao seu anseio de modernizar o país, de civilizar a

sociedade e de libertar as consciências individuais. Seu discurso está inserido nos debates científicistas e racionalistas do fim do século XIX, mas não se prende a eles unicamente. A sua representação de um Brasil *atrasado* e *estagnado* é compartilhado pela grande gama de intelectuais brasileiros do período, os quais propunham uma mudança regeneradora na sociedade brasileira.

Outro ponto destacado é a perspectiva comparada da experiência de progresso dos Estados Unidos. Em outra temporalidade histórica, o passado norte-americano era o ideal a ser seguido para a consolidação do futuro do Brasil. A condição do progresso único de todas as nações era a concepção guiadora do projeto nacional dos americanistas da geração de 1870, e poderia ser transplantado para a realidade brasileira. Dessa maneira, podemos sugerir que o projeto de nação de Rui Barbosa tocava na liberdade religiosa essencialmente por dois pontos: a liberdade de consciência é condição *sine qua non* da modernização e o “espírito” protestante é afeito ao desenvolvimento e à liberdade. O quanto o protestantismo que aportou no Brasil era realmente fiel à liberdade de consciência pode ser discutido²⁷, mas no início do século XX não faltavam quem advogava essa causa, e Rui Barbosa, sem dúvidas, pode ser considerado um de seus principais representantes no Brasil.

Bibliografia:

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Atica, 1989.

BALAKRISHNAN (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBOSA, Rui. *Obras didáticas. (Traduções). Obras completas*. Vol. II, tomo III e *Reforma do ensino secundário e superior. Obras completas*. Vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

_____. *A emancipação progride. Obras Seletas*, vol. 6. Disponível no site do Departamento Nacional do Livro, do Ministério da Cultura: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000086.pdf>. Acessado em 05 de agosto de 2011.

_____. *Cartas da Inglaterra. Obras Completas*. Vol. 23. MEC/Casa de Rui Barbosa, 1940.

_____. *Visita à terra natal. Obras Completas*, XX. /Casa de Rui Barbosa, 1940.

_____. Introdução de *O Papa e o Concílio*. Volume 1. Editora Leopoldo Machado, 2002.

_____. Secularização dos Cemitérios. Obras Completas VII. MEC/Casa de Rui Barbosa, 1940.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: Convívio, 1986.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de Carvalho. Apresentação no livro: L IMA, Nísia Trindade. 1999. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

PEREIRA, Rodrigo da Nóbrega Moura. *A salvação do Brasil: as missões protestantes e o debate político-religioso*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

RANGER, T. e HOBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingues. *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma*. Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010, p. 27.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *Protestantismo e modernidade: os usos e sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina*. Projeto História, São Paulo, n.37, p. 179-194, dez. 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Renvan, 1997, 2ª edição, 2004.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e questão religiosa no Brasil*. Distrito Federal: Editora UNB, 1980.

¹ Utilizo aqui o termo cunhado por Ângela Alonso que contesta as análises da geração de 1870 que enfocam sua inatividade política. Pelo contrário, com ela podemos acreditar na intenção reformadora e crítica ao *status quo* imperial. Ver ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

² BARBOSA, Rui. *Obras Seletas*, vol. 6. Tomo I, p. 51. Disponível no site do Departamento Nacional do Livro, do Ministério da Cultura: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000086.pdf>. Acessado em 05 de agosto de 2011.

³ CARVALHO, Maria Alice Rezende de Carvalho. Apresentação no livro: L IMA, Nísia Trindade. 1999. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, p. 9.

⁴ Aqui o termo segue as definições apontadas por Benedict Anderson, sendo a nação entendida como uma comunidade limitada, soberana e imaginada – este último termo no sentido de “imaginação” e “criação”, e nesse caso, não como “invenção” e “falsidade”, como sugerem Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Ver RANGER, T. e HOBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁵ BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 168.

⁶ Hobsbawm e Anderson concordam com o caráter moderno e recente da nação e seu crescimento após a Primeira e a Segunda Grande Guerra. Ver HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 11 e ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Atica, 1989, p. 10-12.

⁷ BARBOSA, Rui. *A emancipação progride. Obras Seletas*, vol. 6, p. 6. Ibidem.

⁸ “O americanismo não era concebido como uma ampla reforma sociopolítica, moral e intelectual, menos ainda como um projeto popular. Consistia na estratégia de estadistas que visavam o futuro do país, inscrevendo-o no movimento civilizatório, impelidos por imperativos racionais e não pela representação de interesses concretos com os quais estivessem articulados”. Ver VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Renvan, 1997, 2ª edição, 2004.

⁹ BARBOSA, Rui. *Obras Completas* Vol. 6, p. 8. Ibidem.

¹⁰ BARBOSA, Rui. *Obras Completas*, Vol. 6, p. 60. Ibidem.

¹¹ Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 285.

¹² BARBOSA, Rui. *Obras Seletas*. Vol. 6, p. 29. Ibidem.

¹³ Ver principalmente BARBOSA, Rui. *Obras didáticas. (Traduções). Obras completas*. Vol. II, tomo III e *Reforma do ensino secundário e superior. Obras completas*. Vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

¹⁴ BARBOSA, Rui. *Obras seletas*, vol 8 , p. 81. Disponível em: http://p.download.uol.com.br/cultvox/livros_gratis/obras_seletas_vol8.pdf. Acessado em 05 de agosto de 2011.

¹⁵ BARBOSA, Rui. *Cartas da Inglaterra. Obras Completas*, Vol. 23. MEC/Casa de Rui Barbosa, 1940.

¹⁶ “Ultramontanismo foi um termo usado desde o século XI para descrever os cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado na montanha), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. No entanto no século XIX, o dito termo reapareceu , descrevendo uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos excessos da Revolução Francesa”. SANTOS, Lyndon de Araújo. *Protestantismo e modernidade: os usos e sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina*. Projeto História, São Paulo, n.37, 2008, p. 185. Para a atuação ultramontana no Brasil ver VIEIRA, David Gueiros e BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP, 1999.

¹⁷ Ver BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: Convívio, 1986.

¹⁸ Ver SANTIROCCHI, Ítalo Domingues. *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma*. *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010, p. 27.

¹⁹ BARBOSA, Rui. *Visita à terra natal. Obras Completas*, XX, 1 p. 45.

²⁰ BARBOSA, Rui. Introdução de *O Papa e o Concílio*. Volume 1. Editora Leopoldo Machado, 2002, p.. 11.

²¹ Idem, Ibidem, p. 154.

²² Idem, Ibidem, p. 155.

²³ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e questão religiosa no Brasil*. Distrito Federal: Editora UNB, 1980, p. 95.

²⁴ PEREIRA, Rodrigo da Nóbrega Moura. *A salvação do Brasil: as missões protestantes e o debate político-religioso*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p. 82.

²⁵ BARBOSA, Rui. *Secularização dos Cemitérios. Obras Completas* VII, um, p. 16.

²⁶ BARBOSA, Rui. Idem, Ibidem, p. 273.

²⁷ Ver SANTOS, Lyndon de Araújo. *Protestantismo e modernidade: os usos e sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina*. Projeto História, São Paulo, n.37, p. 179-194, dez. 2008.